



ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 21/11/2023

Aceito em: 01/04/2025

Publicado em: 28/05/2025

Pesquisa-ação, memória e oralidade: perspectivas para o ensino de história

Action research, memory and orality: perspectives for teaching history

Investigación-acción, memoria y oralidad: perspectivas para la enseñanza de la historia

Joelton Rezende Gomes¹

Jussara Santos Pimenta²



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe16889>

Resumo: O estudo objetiva refletir o desenvolvimento do conhecimento histórico a partir do envolvimento participativo de indivíduos. O questionamento balizador foi: como as memórias e a História Oral podem proporcionar, a partir da pesquisa-ação, o aprendizado significativo na vida dos estudantes? Desenvolvemos reflexões fundamentadas em pesquisa bibliográfica propondo um entrelaçamento entre os conceitos de pesquisa-ação, Memória e História Oral. Constatou-se que as experiências individuais dos cidadãos com suas lembranças e relatos de vivências fortalecem o caráter democrático no ensino de História e a intervenção dos mesmos nas problemáticas sociais.

Palavras-chave: Memória. Oralidade. Pesquisa-ação.

Abstract: The study aims to reflect the development of historical knowledge from the participatory involvement of individuals. The guiding question was: how can memories and oral history provide, based on action research, meaningful learning in students' lives? We developed reflections based on bibliographic research proposing an interweaving between the concepts of action-research, Memory and Oral History. It was found that the individual experiences of citizens with their memories and reports of experiences strengthen the democratic character in the teaching of History and their intervention in social problems.

Keywords: Memory. Orality. Action research.

¹ Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8628657014864935>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7312-6179>. Contato: joe_rezende@hotmail.com

² Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6972809956894530>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5283-2509>. Contato: jussara.pimenta@unir.br



Resumen: El estudio pretende reflejar el desarrollo del conocimiento histórico a partir de la implicación participativa de los individuos. La pregunta orientadora fue: ¿cómo las memorias y la historia oral pueden propiciar, a partir de la investigación-acción, aprendizajes significativos en la vida de los estudiantes? Desarrollamos reflexiones a partir de investigaciones bibliográficas proponiendo un entrecruzamiento entre los conceptos de investigación-acción, Memoria e Historia Oral. Se encontró que las experiencias individuales de los ciudadanos con sus memorias y relatos de experiencias fortalecen el carácter democrático en la enseñanza de la Historia y su intervención en los problemas sociales.

Palabras clave: Memoria. Oralidad. Investigación-acción.

1 INTRODUÇÃO

Por que pesquisar História? Para quem pesquisar História? Como pesquisar História? A princípio as indagações nos levam ao desenvolvimento de mais questionamentos. Podemos pensar em estruturas metodológicas e normas que são orientadas nos espaços acadêmicos e concepções clássicas de investigar. Pesquisar faz parte do acesso ao conhecimento e cada período pode trazer novas interpretações para as informações. Compreendemos a pesquisa como [...] atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas (MINAYO, 2016). O que pretendemos é refletir de que maneiras a pesquisa é apresentada no ensino de História no espaço escolar e propor, a partir da pesquisa-ação, memória e oralidade, maior significado e envolvimento dos sujeitos no contexto histórico em que estão inseridos.

Cada indivíduo presente na sociedade é dotado de memórias exclusivas e são elas que influenciam e colaboram na construção histórica de cada cidadão. Portanto, nenhum indivíduo tem a capacidade de ser idêntico ao outro, consequentemente, mesmo irmãos gêmeos se tornarão seres humanos totalmente diferentes de acordo com as experiências e de memórias que tiverem (GOMES, BERTOTTI, PIMENTA, 2022). A exposição das memórias de pessoas desconhecidas rompe com os paradigmas instituídos pela sociedade moderna, que valorizava as grandes narrativas como ícones do passado. As abordagens tradicionais da História, com as quais convivemos durante muito tempo, concentram-se nos feitos dos chamados “grandes homens” (BURKE, 1996), e acabam por ignorar o papel e a representatividade das pessoas anônimas como fazedores da História de seu tempo.



Acrescentamos que os PCNs (BRASIL, 2000) apresentaram a necessidade de propor discussões nas aulas de História a partir de outros olhares, outras interpretações. Destacamos que conforme expressam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, no Ensino de História:

A história social e cultural tem se imposto de maneira a rearticular a história econômica e a política, possibilitando o surgimento de vozes de grupos e de classes sociais antes silenciados. Mulheres, crianças, grupos étnicos diversos têm sido objeto de estudos que redimensionam a compreensão do cotidiano em suas esferas privadas e políticas, a ação e o papel dos indivíduos, rearticulando a subjetividade ao fato de serem produto de determinado tempo histórico no qual as conjunturas e as estruturas estão presentes. A produção historiográfica, no momento, busca estabelecer diálogos com o seu tempo, reafirmando o adágio que “toda história é filha do seu tempo”, mas sem ignorar ser fruto de muitas tradições de pensamento. (BRASIL, 2000, p.21).

Já a BNCC (BRASIL, 2015) destaca em sua apresentação: “[...] a consideração de que a História do Brasil deve ser compreendida a partir de perspectivas locais, regionais, nacional e global e para a construção e manutenção de uma sociedade democrática” (BRASIL, 2015, p. 242) Nesse sentido, a partir da análise da BNCC de História, compreendemos que o documento propõe trabalhar questões de modo que se envolvam diferentes realidades e sujeitos:

O componente curricular História tem por objetivo viabilizar a compreensão e a problematização dos valores, dos saberes e dos fazeres de pessoas, em variadas espacialidades e temporalidades, em dimensões individual e coletiva (BRASIL, 2015, p. 240).

Observa-se, portanto, nos documentos oficiais que apontam para o ensino de História, as defesas quanto ao rompimento de uma análise a partir do olhar eurocêntrico do homem branco, colonizador e opressor das culturas dominadas no percurso dos acontecimentos históricos.

Com a proposta de rompermos um ensino de História excludente, introduzimos a importância da memória e o papel que ela representa na sociedade, já que ela passa pelo testemunho das pessoas que relatam por meio da oralidade as suas lembranças/experiências e que, de alguma forma, representam não apenas seu caráter individual, mas permitem entrever um retrato da sociedade. Assim, torna-se importante ressaltar a essencialidade das experiências de “novos personagens” a partir de suas memórias, pois a História não se apresenta de forma acabada e exclusiva. Nesse sentido, Chartier (2002) atribui ao relato da memória uma espécie de singularização da História,

pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, haja vista que as construções das narrativas pretendem ser “a reconstituição de um passado que existiu”.

Não raramente nos deparamos, como estudantes e, também, como pesquisadores da Educação, com questionamentos clichês de alunos que, sem meias palavras, soltam um: “quando eu vou usar isso na minha vida?”. Ao analisar o Ensino de História, observa-se que questionamentos como o apresentado se dão em função do caráter educacional ser marcado pelo tradicionalismo que, de forma nada democrática, determinava e limitava o conhecimento dos estudantes acerca dos “grandes acontecimentos” das histórias políticas e dos atos tidos como heroicos.

No cotidiano, conforme expressa Thiollent (2011), sente-se falta de uma maior segurança em matéria de metodologia quando se trata de investigar situações concretas e nas palavras do autor, há um crescente descompasso entre o conhecimento usado na resolução de problemas reais e o conhecimento usado apenas de modo retórico ou simbólico na esfera cultural. A linha seguida pelos partidários da pesquisa-ação é diferente: pretendem ficar atentos às exigências teóricas e práticas para equacionarem problemas relevantes dentro da situação social. (THIOLLENT, 2011, p. 16).

As vivências e conflitos pessoais dos estudantes não são colocados em abordagens que proporcionem maiores significados aos acontecimentos narrados nos projetos pedagógicos e livros didáticos das instituições como proposto pela pesquisa-ação. Continuam prevalecendo as técnicas ditas convencionais que são usadas de acordo com um padrão de observação positivista no qual se manifesta uma grande preocupação em torno da quantificação de resultados empíricos, em detrimento da busca de compreensão e de interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. (THIOLLENT, 2011, p. 13).

Essa proposta de ensino implica na preocupação de construir conhecimento a partir do decorar datas, nomes e feitos de sujeitos que no passado ocupavam lugares privilegiados e gozavam de um sentimento de superioridade diante de pessoas desfavorecidas economicamente: pretos, indígenas, mulheres e outros grupos que eram postos à margem social. Além disso, esse método de ensino não cria questionamentos, reflexões e nem proporciona o debate dos conteúdos partilhados quase que de forma ritualística pelos professores que evitam dessa maneira, um posicionamento crítico e a formulação de problemas na narrativa do contexto histórico e social do estudante.

Mas como interromper a metodologia tradicional nos espaços escolares? De que maneira o ensino de História pode proporcionar significados e o sentimento de pertencimento aos alunos? Para refletir os questionamentos e compreender os



apontamentos feitos acerca do ensino de História é essencial não apenas debater, mas também viver a pesquisa-ação e estabelecer o vínculo proposto por Thiollent (2011) entre o raciocínio hipotético e as exigências de comprovação com as argumentações dos pesquisadores e participantes.

Acrescentamos às indagações que, segundo Thompson (1998), as próprias histórias de vida se ajustam às mudanças do caráter do lugar em que hoje os narradores vivem, portanto, para entender o indivíduo se faz necessária a compreensão do meio, assim, é importante para o trabalho do professor localizar esse sujeito no cenário vivido e no tempo, ou seja, na escola, em casa, nos momentos de estudo e de lazer. É papel do professor observar essas questões a partir do seu olhar e escuta sensível³ e com a participação dos alunos trilhar caminhos para a compreensão dos estudos históricos.

Este artigo está organizado em: Introdução; Refletir a Pesquisa-Ação e reescrever a História; A Memória na História e seu papel na formação da oralidade; A História Oral na contemporaneidade; e as Considerações Finais

2 REFLETIR A PESQUISA-AÇÃO E REESCREVER A HISTÓRIA

Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Falar em cooperação e participação coloca os sujeitos envolvidos na situação em pé de igualdade e não em uma atividade unilateral em que o professor ensina e o aluno aprende, um indivíduo fala e o outro escuta, o livro transmite e o estudante armazena. Pensar o ensino proposto pela pesquisa-ação, levantar questionamentos e provocar reflexões acerca do ensino tradicional dos livros adotados pelas escolas não significa excluir o que é apresentado, mas sim partir das contribuições de todos os envolvidos acerca da temática proposta, ou seja, as atividades levando em consideração os acontecimentos da história oficial presente nos materiais didáticos.

Somam-se a isso as descrições de acontecimentos concretos que por meio de observações e ações reais dos envolvidos possibilitam a escrita de histórias dentro da

³ A perspectiva científico-clínica da escuta sensível, segundo Barbier (2004), acontece durante a avaliação inicial do grupo, visando a diagnosticar suas necessidades, e considera os sujeitos de forma holística, em suas dimensões física, mental e espiritual.



História a partir de uma pesquisa qualitativa que atribuirá aos dados obtidos e observados uma riqueza de significados, considerando o local, o período e a realidade social em que a atividade é desenvolvida.

Conforme Thiollent (2011), em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais, com isso, o autor aponta para possibilidades de “sair da bolha” e das limitações que em momentos são impostas pelas academias. Esses pesquisadores, segundo o autor, querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”.

E o professor em sala de aula? É fundamental, por exemplo, pesquisar os processos migratórios apresentados nos livros didáticos de História e seus contextos políticos, econômicos e sociais. Entretanto, pretende-se com essa metodologia refletir a fala dos envolvidos na pesquisa e suas experiências, sejam elas pessoais ou as narradas por familiares, pais, avós ou qualquer outro indivíduo que esteja presente no seu cotidiano.

Na dinâmica de trabalho proposta pela pesquisa-ação, um dos recursos que se pode utilizar é a técnica de comparação proposta por Thiollent (2011), em que o autor sugere confrontar e comparar duas versões sobre um mesmo tema. No caso do ensino de História, trabalhamos de um ponto com a história oficial escrita por especialistas nos livros didáticos e do outro com a história não-oficial do cidadão chamado comum. A comparação dessas visões possibilitará aos envolvidos, com suas experiências e interpretações, confirmar ou contestar as informações formais e informais.

O uso da técnica de comparação não resolve o problema da relação entre o saber formal e saber informal. É apenas um ponto de partida que consiste em ‘mapear’ os dois universos de representação e em buscar meios de intercompreensão. (THIOLLENT, 2011, p. 79).

Mudar a forma como a História é ensinada nas escolas não sugere um apagamento dos fatos ocorridos e registrados nos livros, mas uma inserção de novos olhares, novas perspectivas e vivências e a possibilidade de dar voz aos “excluídos”. É falar e instigar, mas é também escutar e ser instigado dentro do diálogo. É indispensável que o ouvir o outro seja a partir de uma escuta sensível como a proposta por Barbier (2004):

A escuta sensível apoia-se na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as



atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e mitos ("ou a existencialidade interna", na minha linguagem). A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. (BARBIER, 2004, p. 94).

Importante destacar que, comungando com o mesmo princípio de Thiollent (2011), a pesquisa-ação proposta por Barbier (2004) promove a mudança social, por estar mais interessada no conhecimento prático apresentado pelos sujeitos da pesquisa do que no conhecimento teórico conforme é transmitido nos livros didáticos. No contexto apontado pelos autores, os indivíduos de um grupo apresentam melhores condições de conhecer a sua realidade e suas reais necessidades do que as pessoas que estão fora do grupo, não isolando o conhecimento produzido dos esforços feitos para levar à transformação almejada pelos sujeitos.

Em matéria de conscientização e de comunicação, as transformações se difundem através do discurso, da denúncia, do debate ou da discussão. O que é transformado são as representações acerca das situações em que atuam os interessados e os seus sentimentos de hostilidade ou de solidariedade. (THIOLLENT, 2011, p. 51).

Desenvolver as sugestões da pesquisa-ação no estudo de História não é unicamente analisar o narrado pela História oficial e em contraponto ouvir os envolvidos na pesquisa, mas é também desenvolver a conscientização dos sujeitos para acrescentar o que foi ocultado, confrontar o narrado pelas experiências a partir do local de fala de todos os envolvidos, denunciar os abusos e a negligência e assim trazer reflexão ao debate.

Na leitura e debate em que se utiliza os materiais didáticos e documentos propostos pelo espaço educacional, fica perceptível também que, em dados momentos, informações e relatos escritos fazem parte de uma narrativa histórica individualizada e que, inclusive, os dados são contrários às perspectivas de outros sujeitos presentes no mesmo contexto histórico, social e político. Por isso é importante que haja, além do debate e reflexão de todos os envolvidos na pesquisa-ação, a escrita coletiva. Os materiais a serem produzidos e os documentos a serem registrados a partir das propostas da pesquisa-ação precisam, mesmo que redigidos por um único indivíduo, representar os anseios, as ideias e falas de todos os sujeitos.

Faz parte da credibilidade da pesquisa-ação que a escrita seja coletiva. Os escritos são submetidos à leitura e à discussão de todos. Isso não quer dizer que todos os textos devam ser escritos coletivamente, mas o conjunto do relatório deve conter partes escritas pelo maior número possível dos membros do

pesquisador coletivo. O pesquisador profissional aceita desde o início os inconvenientes do sistema: o relatório não é apresentado sob uma forma rigorosamente acadêmica. (BARBIER, 2004, p. 105).

A escrita da História proposta no contexto da pesquisa-ação contará com os elementos descritivos e relativa estrutura teórica sugerida e por vezes cobrada nos espaços acadêmicos, entretanto, é indispensável que existam nesses documentos trechos pessoais, relatos ingênuos e caracterizados pelo lúdico, desenhos, poemas e outros elementos que expressem as percepções, anseios, posicionamentos e a voz dos participantes. Contar com a colaboração de todos na pesquisa propõe trabalhar com as distintas formas de se expressar. O tímido encontrará representatividade na escrita, o analfabeto na fala, a criança no desenho, o artista na música e no poema e dessa forma todos constatarão a sua participação na escrita da História a partir de cada elemento reproduzido na escrita final.

Repensar o ensino de História no espaço escolar com a perspectiva da pesquisa-ação não sugere acumular conteúdos, tópicos e novas temáticas, mas, reescrever o já proposto inicialmente nos documentos orientadores das instituições com uma roupagem mais dinâmica e significativa para os estudantes. Não se trata de aumentar o número de capítulos de um livro ou mais objetivos no Plano de Ensino dos docentes, mas debater e refletir o proposto inicialmente com instigação ao vivido pelos alunos em seu meio familiar e social. Não é aumentar conteúdo e sim dar qualidade ao conteúdo já existente. É conhecer e atuar dentro do conhecimento para dar sentido à existência propondo, buscando e resistindo para que seus problemas sejam refletidos dentro da História.

Por meio dos processos de ação, visando resolver questões existenciais, ao mesmo tempo pessoais e comunitárias, a pesquisa-ação deveria resultar num aumento de discernimento em cada participante. Não se trata, pois, de produzir mais “saber”, mas de melhor “conhecer” a realidade do mundo tal qual nós a percebemos nas nossas interações. (BARBIER, 2004, p. 115).

No contexto de pesquisa-ação, a conscientização a ser fortalecida é a dos envolvidos no processo e fundamentalmente a do professor-pesquisador. Embora exista o conhecimento e o caminho percorrido pelo pesquisador na academia, agora, dentro da proposta de pesquisar com efetiva participação dos cidadãos, se faz necessário conhecer a sociedade com a qual ele está trabalhando. O pesquisador precisa trabalhar com um diálogo acessível, propor ações que estejam dentro da realidade do grupo, estabelecer laços de confiança com os indivíduos para que o seu trabalho seja eficaz e favorecido.



O pesquisador em pesquisa-ação existencial tem a preocupação de ser compreendido e de poder agir eficazmente com não especialista. Ele é obrigado a conhecer as possibilidades imaginárias das pessoas em função da própria cultura delas e de propor-lhes mecanismos de investigação apropriados. (BARBIER, 2004, p. 125).

Portanto, é importante compreender que a história do indivíduo e seu grupo é narrada e escrita de forma mais eficaz por meio dos conhecimentos, das vivências e necessidades do próprio indivíduo. Assim, podemos refletir, no intuito de responder os questionamentos iniciais, que é importante pesquisar para a sociedade e com a participação dela a partir da compreensão da sua existência e das relações humanas desenvolvidas por ela.

3 A MEMÓRIA NA HISTÓRIA E NA FORMAÇÃO DA ORALIDADE

Tornamo-nos aquilo que a memória nos permite ser e é ela que nos faz refletir sobre o que podemos vir a ser. Diante de cada lembrança que desenvolvemos ou esquecemos é que nos tornamos sujeitos ímpares, pois embora possamos habitar o mesmo lugar em conjunto com outras pessoas e vivenciarmos a mesma situação, a maneira como esse momento será arquivado será distinta, possibilitando assim pontos de vista e opiniões diferentes que, assim, formarão memórias distintas e são essas distinções que influenciam na formação da identidade de cada cidadão. Nenhum indivíduo tem a capacidade de ser idêntico ao outro e assim, mesmo irmãos gêmeos originarão seres humanos totalmente diferentes, de acordo com as experiências de memória que tiverem.

Le Goff (2003, p. 419) explica a memória como a propriedade de conservar certas informações com as quais o indivíduo pode atualizar impressões ou informações em relação ao passado. Portanto, entendemos, a partir das afirmações do autor, que a memória não se limita apenas à faculdade de reter informações adquiridas, pois tanto nos seus aspectos biológicos como psicológicos, não é mais do que o resultado de sistemas dinâmicos de organização que apenas existem “na medida em que a organização os mantém ou os reconstitui” (LE GOFF, 2003, p. 421).

Importante destacar a configuração e a representatividade que a memória vem ganhando na contemporaneidade. Em sociedades que buscam cada dia mais romper com os discursos opressores e dominadores daqueles que detêm o poder, os documentos oficiais da História começam a ser revisitados, questionados e reinterpretados a partir de

um olhar crítico da sociedade e uma escuta sensível do pesquisador. Temos nesse sentido uma mudança, uma conversão histórica descrita por Le Goff (2003):

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. (LE GOFF, 2003, p. 432).

Destacamos ainda a importância da memória coletiva⁴ e o papel que a mesma desempenha na sociedade, pois a memória, ainda que individual, passa pelo testemunho das pessoas que relatam em suas lembranças experiências vividas e presenciadas e que, de alguma forma representam não apenas seu caráter individual, mas um retrato da sociedade.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 435).

Reforçamos que é importante ressaltar a essencialidade das experiências de “novos personagens” a partir de suas memórias, pois como sabemos a História não se apresenta de forma acabada e exclusiva e nesse sentido, Chartier (2002, p. 84) atribui ao relato da memória uma espécie de singularização da História, pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, pois as construções narrativas pretendem ser “a reconstituição de um passado que existiu”.

Destacamos que a História Oral a partir das memórias enfrenta, por onde passa, preconceitos e em diferentes momentos é vista com indiferença por muitos pelo fato de se desenvolver a partir dos personagens “comuns” da sociedade e de acordo com Alberti (2015):

Opondo-se à História positivista do século XIX, a História oral tornou-se a contra-História, a História do local e do comunitário (em oposição à chamada História da nação). Por trás desse movimento, estava a crença de que era possível reconciliar o saber com o povo e se voltar para a História dos humildes, dos primitivos, dos “sem História” (em oposição à História da civilização e do progresso que, na verdade, acabava sendo a História das elites e dos vencedores). (ALBERTI, 2015, p. 158).

⁴ Segundo Halbwachs (2004), a memória coletiva tem como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo, ou seja, são as lembranças que tiram sua força e sua duração partindo-se da vivência em grupo.



Acrescentamos, ainda, que escrever a história a partir de relatos e experiências de vida no campo pessoal, familiar, social ou profissional possibilita ao indivíduo reviver memórias, sentimentos escondidos e mesmo que imaginariamente, esses fatos renascem nas palavras, nos sorrisos e até nas lágrimas, pois conforme Thompson (1998, p. 337) “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

Não pretendemos cometer o mesmo erro que assombrou e ainda estigmatiza a história da sociedade brasileira que é acreditar que o saber se mostra pronto e acabado após a pesquisa e com isso dar uma interpretação exclusiva dos personagens aqui abordados. Nesse sentido, Alberti (2015) nos orienta que:

O equívoco está em considerar que a entrevista publicada já é ‘História’, e não apenas uma fonte que, como todas as fontes, necessita de interpretação e análise. Em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas deem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado. (ALBERTI, 2015, p. 158).

Benjamim (2000) descreve a memória como sendo uma experiência vivida, não unicamente como lembranças jogadas ao vento no percurso do tempo, mas, inseridas em um momento, contextualizadas em período e espaços coletivos. É uma visita ao passado com a experiência e o olhar do presente. Memória daquilo que foi vivenciado a partir das reflexões e sentimentos do presente. Por ser singular, a memória individual é memória artesanal, onde cada fragmento da vida tem uma relevante importância para, no processo, se constituir em um todo. Todo ou tudo, como produto de tempos históricos e produção de sentimentos. Aliás, não há separação entre fatos e processos históricos e experiências vividas. A história é construída por sentimentos e estes se formam constantemente nas memórias. Os sentimentos que se fortalecem a partir das memórias são compostos de objetos, de lembranças, de sentidos, cheiros, sabores, tato, sonhos, pesadelos, de afetos nas relações com os sujeitos e uma infinidade de experiências.

Conforme observado por Walter Benjamin (2000), a memória é história. É tanto racionalidade no contexto social, ou seja, há respaldo para as lembranças (tempo e espaço coletivos), quanto é lembrança individual de cada trama no processo artesanal feito de experiências exclusivas vividas, portanto, os sentimentos frente às mudanças, os acontecimentos que afetam sua vida coletiva e também o individual.



Embora muitos fatos descritos na História oficial⁵ façam parte da chamada memória coletiva, destacamos que cada pessoa vive a sua realidade, passa pelo seu meio familiar, pessoal e assim cada indivíduo desenvolve e registra peculiaridades dos fatos em sua memória individual. Assim, Bosi (1994) observa:

As lembranças de certos momentos públicos (guerras, revoluções, greves...) pode ir além da leitura ideológica que eles provocam na pessoa que os recorda. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-los na carne que os torna indelével e os mistura com o cotidiano, a tal ponto que já não seria fácil distinguir a memória histórica da memória familiar e pessoal. (BOSI, 1994, p. 464).

Portanto, ao destacarmos os fatores que contribuem para que o cidadão ocupe o palco da História, observamos um aspecto importante da historiografia feita a partir do povo, que é o fato das pessoas comuns lembrarem-se dos ocorridos, em contraste com o que a versão oficial estipula que deve ser lembrado, ou o que historiadores podem provar que aconteceu e, nesse sentido, na medida em que a história oficial transforma memória em mito, vamos reescrevendo os acontecimentos a partir de uma perspectiva diferenciada e em consonância com a realidade vivida por homens e mulheres, ou seja, cidadãos que com luta, persistência, suor e sangue tornam-se escritores de seu próprio existir.

4 A HISTÓRIA ORAL NA CONTEMPORANEIDADE

A boca fala do que o coração está cheio (Mateus 12:34). Não contrariando o versículo bíblico, mas complementando no intuito de fundamentar o nosso trabalho, acreditamos que a boca também fala do que nossa memória nos permite revisitar do passado, dos fatos.

“A história oral está no ar e é de e para todos. Como protagonistas ou consumidores, o direito de se exprimir autentica a condição de cidadania graças à eletrônica e à passagem do oral para o escrito” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 16).

Segundo Verena Alberti (2015, p. 155), “a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”.

Concomitantemente, Thompson (1998) estabelece que na história oral as narrativas obtidas por intermédio de entrevistas, proporcionam aos indivíduos, através de suas vozes, o espaço de direito na história. O autor defende que:

⁵ "História", com inicial maiúscula, significa a ciência oficial que trata dos acontecimentos no tempo e sua repercussão, como a História Geral, História do Brasil, etc. O vocábulo "história", com inicial minúscula, significa um relato verdadeiro, real, mas que não se enquadra na ciência oficial. É um fato, acontecimento.



A história oral oferece, quanto a sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance. A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, ela permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista. (THOMPSON, 1998, p. 25-6)

Com características próprias, podemos apresentar a História Oral como uma metodologia de pesquisa que vem ganhando notoriedade na sociedade contemporânea. Meihy (2000) define que:

História Oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva. (MEIHY, 2000, p.13)

Para Lang (1996) a forma mais aplicada de coleta de dados orais é a entrevista, e esta é composta basicamente do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Conforme suas palavras:

Os documentos orais, na medida em que configuram formas diversas como história oral de vida, relato oral de vida, ou depoimento oral, respondendo a objetivos distintos, implicam cada qual em formas específicas de obtenção. A captação de uma fonte oral possibilita a construção do documento oral, havendo uma corrente de pesquisadores para quem o documento original é a fita gravada e outra segundo a qual o documento é a transcrição. (LANG, 1996, p.35).

Comungando com as ideias anteriores, e contribuindo com as definições para História oral, Gallian (1996) explica que:

Todos sabem que as chamadas fontes orais para o historiador, são, fundamentalmente, entrevistas gravadas, transcritas ou não, onde determinado entrevistado narra acontecimentos sobre o passado – sobre o seu próprio ou o de outras pessoas, instituições, etc. –, partindo dos dados de sua própria memória e de estímulos que lhe podem ser dados pelo entrevistador através de perguntas, evocações, lembranças ou mesmo através de materiais como livros, fotografias, filmes, etc. (GALLIAN, 1996, p.142)

Nesse sentido, e também com a proposta de apresentar uma definição, Alberti (2015) expõe que:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2015, p. 155).

Conforme escreve Alberti (2015), fica evidente que a possibilidade de registrar a vivência de grupos cujas histórias dificilmente eram estudadas representou um avanço para as disciplinas das Ciências Humanas.

Destacamos, porém que esse reconhecimento só se tornou realidade depois de extenso movimento de transformação dessas ciências, pois foi no percurso do tempo que as sociedades deixaram de pensar em termos de uma única história ou identidade nacional, para buscar compreender e respeitar a existência de uma multiplicidade de histórias, memórias e identidades no contexto social.

Se memória é um gênero, a história oral em suas diferentes formas é espécie ramificada (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 61). Para o estudo proposto com a história oral, refletimos o caminho que parte das narrativas de vida e a incursão por meio dos textos produzidos no campo existencial da memória de expressão oral, ou seja, a história oral de vida.

Acreditamos que a História oral de vida propõe com as entrevistas livres uma percepção de evolução narrativa e as questões de caráter mais aberto possibilitam outras sensibilidades no conjunto da narrativa. Além disso, destacamos que essa modalidade de entrevista remete aos períodos anteriores ao uso de gravadores ou câmeras, pois era possível produzir valendo-se de cartas, diários, fotografias e outros elementos que representassem aspectos da vida dos sujeitos entrevistados.

Com a História oral de vida pretendemos valorizar as experiências individuais por meio de filtros subjetivos já que não buscamos a factualidade escrita e sim a existencial. Os fatos se desenrolam na narrativa em cadeias subjetivas reelaboradas na memória de cada sujeito entrevistado e geralmente valendo-se da cronologia, do sequencial.

Refletimos também acerca da Tradição oral. Esse campo que sofre muito preconceito acadêmico, também permeia as propostas de entrevistas mais distintas. Muitas vezes a Tradição oral é ignorada pelo fato da visão rebaixada que ela recebe. Vista como algo meramente folclórico, como questões populares, a Tradição oral busca vincular os vestígios e ensinamentos por meio da transmissão de gerações, ou seja, de pais para filhos. Nesse sentido, acreditamos que durante as entrevistas que propomos nessa análise possam surgir nos depoimentos alguns pontos que aponte a Tradição oral cultural e familiar. É importante nos atentarmos para não confundirmos fonte oral com tradição oral. Conforme aponta Portelli (2016):

[...] fazemos uma distinção entre a fonte oral e a tradição oral: esta última é composta por construtos verbais que são formalizados, transmitidos, compartilhados, ao passo em que as fontes orais do historiador são narrativas



individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador. Naturalmente, essas narrativas podem incorporar materiais tradicionais, e os historiadores orais também podem recorrer às tradições orais. No entanto, é bom manter os dois conceitos distintos: nem tudo que é oral é tradicional. (PORTELLI, 2016, p. 9)

Alguns pontos interessantes que habitam o imaginário humano e que se representam por meio da Tradição oral são hábitos alimentares ou aqueles que envolvem certas ervas ou outros elementos simbólicos. É muito comum ouvirmos relatos embasados em crenças populares que determinado alimento é curativo para certa moléstia ou que alguns rituais que se produzem com o consumo de certos alimentos ou elementos servem para espantar o azar ou ainda atrair o carisma ou carinho de pessoas e essas informações geralmente seguem um caminho pela Tradição oral herdada dos ascendentes.

As reflexões que fazemos, sugerem fortalecer o sentimento de pertencimento nos leitores quanto ao papel social, cultural e educacional que os mesmos adquirem no estudo de História por meio das próprias experiências familiares e nesse sentido, o contato com pessoas de idade mais avançada proporciona o contato com sujeitos que a Tradição oral reconhece como “reserva de memória” ou “depositárias das tradições” (MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 67) que são aquelas pessoas que guardam a síntese da história do grupo.

Destacamos ainda, com relação à Tradição oral, que ela pode desenvolver-se por meio de duas perspectivas. A primeira aponta para um estado de relativa continuidade, onde a sociedade procura manter de forma tradicional as manifestações, crenças e costumes. Nessa perspectiva podemos, por exemplo, encontrar narrativas de pessoas que produzem determinada cultura vegetal (plantio de café, cacau ou outros) seguindo os métodos que foram ensinados pelo pai que anteriormente aprendeu com o avô em uma linha de ascendência.

A segunda perspectiva é aquela influenciada pela mídia capitalista que se desenvolve por meio da televisão, cinema, músicas e as mais distintas manifestações artísticas e por isso é muito comum termos acesso à Tradição oral por meio dos mitos de origem, lendas urbanas, o paraíso perdido ou o povo escolhido por Deus a partir de grandes obras cinematográficas ou encenações teatrais.

Observa-se que a entrevista proposta pela História Oral não se limita a ouvir um grupo selecionado da História oficial que possui posição social e/ou financeira, mas sim todos os sujeitos envolvidos em determinada situação, acontecimento. Com isso, é importante que seja observada a forma como os fatos ocorrem e atingem cada lado da



história bem como as interpretações que são feitas a partir da oralidade de cada indivíduo, cada grupo. Podemos pensar, por exemplo, qual o discurso produzido, acerca da expansão agrícola, pelas famílias camponesas que vivem em assentamentos e dependem da agricultura familiar. Qual o discurso produzido pelos ribeirinhos e populações indígenas que vivem em harmonia com o meio ambiente e as suas interpretações quanto ao desmatamento e a poluição de rios promovidos pelo avanço agroindustrial e garimpos.

Vamos observar, em alguns momentos, nesses exemplos uma forte contradição em atividades que debatem o avanço agrícola na área de fronteira. Se por um lado a sociedade caminha em direção à dita modernização e avanço tecnológico, vemos nas classes mais humildes um forte apelo ao respeito pelas suas condições de vida e uma participação intensa nos debates e na busca por soluções por meio dos seus relatos de experiências vividas que hora confirmam e hora contestam a história oficial e que independe do resultado devem ser consideradas na constituição da História.

O trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças. (ALBERTI, 2013, p.33).

A História Oral pode ser vista ainda como uma metodologia adotada que se torna muito eficaz entre os mais leigos e não letrados por se tratar de um recurso que permite aos envolvidos na pesquisa, retornar em suas experiências, recordar os acontecimentos e suas vivências a fim de torná-las elementos e argumentos a serem registrados, reconhecendo assim, os envolvidos como sujeitos de história que, mesmo analfabetos e com pouca instrução escolar, compreendem o ensino e os acontecimentos da história por serem testemunhas oculares dos acontecimentos. Assim, a partir das perspectivas apontadas, os benefícios quando optamos por trazer a História Oral como metodologia de pesquisa é observar que:

Trata-se de ampliar o conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações (ALBERTI, 2013, p.26).



Com a inclusão de relatos orais para o desenvolvimento de pesquisas de História, compreendemos que existe nos debates e exercícios maior engajamento dos participantes e com a presença das distintas vozes é possível compreender como se deram os fatos a partir de cada voz, cada história.

É importante compreender que na utilização da História Oral como fonte, não se pretende apontar erros e acertos e nem constatar qual história é “verdadeira” e qual não é. O que propomos é que haja o debate, o direito de fala, a reflexão e, acima de tudo, a compreensão de que na diversidade de pessoas também existirá uma diversidade de histórias e que a verdade do outro não anula a minha verdade.

Assim, não é mais fator negativo o fato de o depoente poder “distorcer” a realidade, ter “falhas” de memória ou “errar” em seu relato; o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outro depoentes. (ALBERTI, 2013, p.26).

Alberti (2013, p. 31) aponta que “o processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado”. Reforçamos assim a importância da memória para a oralidade, pois os relatos orais de um indivíduo também estão intimamente conectados com as recordações que ele possui de determinada situação, momento ou até mesmo o cenário em que ele está presente e por esse motivo o relato dele pode não ser “verdadeiro” para uma pessoa que adquiriu sentidos diferentes com a mesma situação, momento e inclusive o mesmo local que foi relatado por aquele.

No decorrer do trabalho que propomos com a história oral, admitir e considerar a pluralidade e a diversidade de interpretações e versões de um mesmo fato ou experiência proporciona um conhecimento mais profundo do objeto a ser estudado. As impressões diferentes entre os envolvidos permitem a cada sujeito pensar o local de fala do outro, desafia aqueles que antes tinham sua verdade cristalizada e intocável a conhecer os sentimentos próprios do sujeito que está no lado oposto da corda, mas não no intuito de iniciar um cabo de guerra para disputar a “verdade”, mas sim utilizar a corda para entrelaçar no debate as diferentes experiências diante do mesmo fato, conhecimento.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora existam propostas propagadas pelo poder público e pela mídia para uma educação mais humanizada e participativa, muitas adversidades originadas no jogo de poder político, econômico e social, afastam os indivíduos do seu direito de fala e, também, da possibilidade de construir mecanismos e escrever uma história que busque satisfazer as suas reais necessidades como cidadão. Ao refletirmos o estudo de História por meio do método proposto pela pesquisa-ação esperamos que os debates e os procedimentos a serem refletidos objetivem uma verdadeira ação transformadora e que as respostas da pesquisa e do debate girem em torno de situações nas quais os participantes tenham voz e vez.

Por meio das ideias propostas por Thiollent (2011) observamos que os caminhos propostos pela pesquisa-ação encontram um contexto favorável quando os pesquisadores envolvidos não querem limitar suas investigações na burocracia e nos aspectos acadêmicos das pesquisas convencionais. Os pesquisadores querem pessoas envolvidas, pessoas fazendo e pessoas falando, e nesse falar a importância da História Oral fica evidenciada nos acontecimentos sociais, políticos e econômicos em que estão inseridas.

A História Oral, permite na pesquisa e na educação uma vastidão de possibilidades já que o professor/pesquisador não irá se restringir ao que está posto pelo material didático. Ele fala e ensina como é esperado, mas escuta e aprende também a partir do diálogo. Os relatos proporcionam aos envolvidos na pesquisa oportunidades de se expressarem, de corrigir as informações que foram transmitidas a seu respeito pela letra e até mesmo a oralidade do outro. Além disso, essa metodologia proposta pode levar o professor de História a reformular o seu caminho, pois promover o ensino de História a partir de outras e diferentes histórias proporcionará um novo significado à sua prática.

Durante muito tempo, com respaldo na história escrita pelas elites observou-se a desvalorização dos sujeitos supostamente à margem da sociedade e com as mudanças que a sociedade contemporânea vive é importante fortalecer as vozes que outrora foram ocultadas e negligenciadas.

Reforçamos que é fundamental também o incentivo aos cidadãos envolvidos no espaço educacional, pois muitas vezes o preconceito quanto ao relato oral e a valorização da história individual de cada indivíduo parte da própria pessoa em questão, pois essa,



em muitos momentos da sua vida, foi induzida a pensar que a história oficial e dos vencedores é a cristalizada e única a ser refletida e debatida.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes Orais. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi,(org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução: Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.
- BENJAMIM, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: Benjamin Walter. **Rua de mão única**. Obras Escolhidas. Vol. 2. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho e José C. M. Barbosa. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 2000.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Mari Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GALLIAN, Dante Marcelo C. A memória do exílio: reflexões sobre interpretação de documentos orais. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- GOMES, J. R., BERTOTTI, M. de O., & PIMENTA, J. S. E aí curtiu? Redes sociais virtuais: Memória, História e Identidade dos Ifianos. **Revista Digital Do LAV**, 15, e4/01–18. (2022).
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (Org.). **(Re)Introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.



MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 ° ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

